



Educação Matemática e sexualidades: ações subversivas no combate à violência sexual infantil

Mathematics Education and sexualities: subversive actions in combating child sexual violence

Gilson Abdala Prata Filho¹
Edmar Reis Thiengo²

Resumo: Este artigo tem como objetivo dialogar sobre as abordagens de professores de matemática sobre sexualidade e violência sexual infantil, junta a crianças com deficiência intelectual. A partir de uma revisão sistemática de literatura percebeu-se a inexistência de abordagens sobre essa temática no campo da Educação Matemática, reforçando a ideia de uma matemática desconexa dos problemas sociais existentes nos ambientes escolares. Dessa feita, para embasarmos nossos diálogos com professores de Matemática utilizaremos as ideias da Insubordinação Criativa e as ações subversivas na prática pedagógica, da Teoria *Crip* e as sexualidades e a história social da criança. Nesse sentido, buscamos discutir sobre a necessidade de tornar as aulas de matemática como espaço de prevenção e denúncia de casos de violência sexual infantil.

Palavras-chave: Educação Matemática. Sexualidade. Teoria *Crip*. Insubordinação Criativa.

Abstract: The article aims to discuss mathematics teachers' approaches to sexuality and child sexual violence, together with children with intellectual disabilities. A systematic review of the literature revealed that there are no approaches to this subject in the field of Mathematics Education, reinforcing the idea that mathematics is disconnected from the social problems that exist in school environments. To support our dialogues with math teachers, we will use the ideas of Creative Insubordination and subversive actions in pedagogical practice, Crip Theory and sexualities and the social history of children. In this sense, we seek to discuss the need to make math classes a space for preventing and denouncing cases of child sexual violence

Keywords: Math education. Sexuality. Crip theory. Creative insubordination.

1 Contextualizando a pesquisa

Segundo dados do Anuário de Segurança Pública de 2023, houve registro de quase 74 mil casos de estupro, em que 56.820 são de vulneráveis, ou seja, aqueles em que a vítima é menor de 14 anos, ou que de alguma forma, não tenha capacidade de consentir o ato, seja por alguma enfermidade, deficiência, ou qualquer outra razão. O documento aponta que, 58% dos casos de estupro, com crianças do sexo feminino, acontecem na faixa etária de dez a 13 anos e com os do sexo masculino, na faixa de cinco a nove anos.

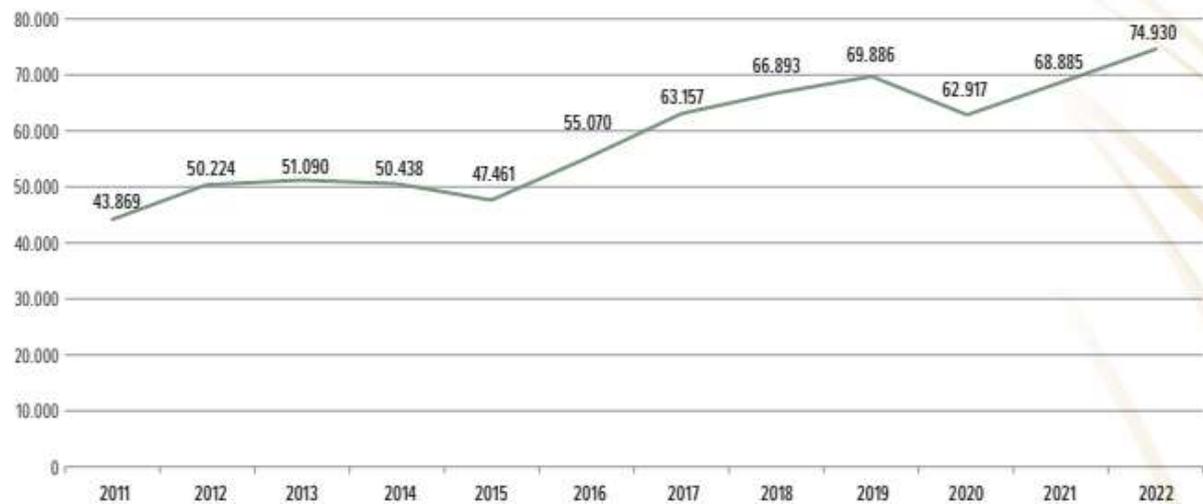
¹ Instituto Federal do Espírito Santo • Vila Velha, ES — Brasil • ✉ gilson.abdala@hotmail.com • ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4378-7240>

² Instituto Federal do Espírito Santo • Vila Velha, ES — Brasil • ✉ thiengo@ifes.edu.br • ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4423-4939>



Figura 1: Gráfico apresentado pelo Anuário de Segurança Pública

Evolução do número de estupros e estupros de vulnerável
Brasil - 2011-2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Brasil, 2023, p. 154

Mas o que é o abuso sexual infantil?

Ao fazer uma análise histórica sobre a criança, percebemos que por muito tempo o cuidado com a infância era negligenciado, particularmente, quando comparamos com as leis atuais, isso reflete na dificuldade de definição do abuso sexual, que possui natureza social e reflete nos diferentes contextos e significados culturais (Sanderson, 2008). No período da Idade Média, a infância não marcada como conhecemos atualmente, os diálogos envolvendo questões sexuais eram trazidos de forma explícita e muitas vezes demonstradas nas próprias crianças. Conforme Ariès (2022), era costumeiro as famílias associarem crianças às brincadeiras sexuais dos adultos, mostrando assim que o respeito à criança e suas sexualidades eram praticamente ignorados.

Esse comportamento era aceito até os sete anos, pois, para os adultos, a sexualidade era indiferente para as crianças que não atingiram a puberdade. A partir da puberdade, chamada de *puerita*, era preciso desenvolver práticas de boas maneiras para que esses indivíduos pudessem se preparar para o casamento. A importância dada ao casamento, fez com que outro olhar fosse dado à sexualidade infantil, em que as mesmas deveriam evitar qualquer ato/gesto que levassem a comportamentos obscenos, jogos sexuais entre crianças e a própria masturbação (Fávero, 2003). Esses cuidados eram essenciais para que a criança estivesse moralmente limpa, seja em pensamentos ou atos, antes do casamento que acontecia na fase da adolescência, como é conhecida hoje. Outro ponto que podemos destacar sobre os diferentes contextos e significados culturais, é que para muitas culturas era aceitável e normal o casamento de pessoas mais velhas com menores de idade.

Na antiguidade, a ideia era que as crianças deveriam atender as necessidades e as comodidades dos adultos e aqueles que não conseguiam, por qualquer tipo de deficiência, era tido como uma criança defeituosa. Essas crianças estavam, muitas vezes, marginalizadas e esquecidas pelos seus responsáveis. Mais adiante, os adultos tinham ligações emocionais com as crianças, mas os pais tiram o dever de moldar a criança e reprimi-la. Por volta do século XVII, os pais deveriam conquistar a atenção das crianças e posteriormente, guia-la ensinando



boas maneiras e costumes, no entanto, deveria ser repreendida caso desobedecesse. Apesar das divergências culturais, é preciso que haja uma definição a fim de garantir o direito fundamental da criança.

Ao buscarmos pela definição do abuso sexual infantil, percebemos que ele não é somente o abuso que acontece por meio do contato físico, mas também está ligado ao abuso físico, emocional, negligência e o próprio abuso sexual (Sanderson, 2008). A autora adota a definição apresentada pelo Departamento de Saúde do Reino Unido, de 2003, que define o abuso sexual como em qualquer atividade em que a criança ou o jovem é forçado ou incitado a participar, tendo ciência ou não do que está acontecendo. Essas atividades estão ligadas ao contato físico, que envolva ato penetrante ou não, além de atividades que levem às crianças a olharem ou produzirem qualquer tipo de material pornográfico.

Apesar de percebermos a necessidade de trabalharmos com as crianças sobre o cuidado e proteção, principalmente no tange à violência sexual, sabemos que esse tema ainda se faz ausente nas famílias e principalmente nas escolas. O anuário aponta que a escola é um espaço fundamental para identificação, denúncia e prevenção de casos de violência sexual infantil. Assim, a pesquisa de doutorado em andamento, visa trazer as discussões sobre a temática nas aulas de Matemática, haja vista, certa ausência nesta disciplina. Em uma revisão sistemática de literatura³, percebeu-se que as discussões realizadas sobre violência sexual infantil e/ou sexualidade estavam ligadas em cursos da saúde, como Psicologia, e ao ser abordada nos espaços escolares, se restringem às Ciências Biológicas. Além disso, as práticas pedagógicas a serem desenvolvida com estudantes público-alvo da educação especial e inclusiva, estão direcionadas para o uso de metodologias no ensino de conteúdos matemáticos e não houve, em nenhuma delas, práticas que abordassem a proposta apresentada. Nesse mesmo sentido, foi realizado um levantamento nos trabalhos apresentados no Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (SIPEM) e não foram encontradas pesquisas que abordassem a temática proposta neste artigo.

Mas o que a Matemática tem a ver com isso?

Esse questionamento tem sido frequente ao apresentar as propostas da pesquisa, pois muitas pessoas não conseguem ver a “Matemática” nessas discussões. Em muitos casos, estudantes que sofreram ou possam estar sofrendo algum tipo de violência são silenciados por professores, inclusive de Matemática, por acharem que em suas aulas não há espaço para diálogo, conscientização e possíveis prevenções contra o abuso sexual. A visão tradicional de que em Matemática somos preparados apenas para realizar cálculos, aprender fórmulas e aplicá-las, precisa ser desconstruída, pois sabemos que ela precisa desenvolver o estudante para uma discussão crítica e reflexiva diante de questões sociais, políticas e econômicas, por exemplo.

Diante do cenário que deparamos em nossas escolas, é preciso construir um espaço de discussão e prevenção nas aulas de Matemática, de forma que, os estudantes percebam que falar sobre sexualidade, não é necessariamente falar sobre sexo, mas sim compreender e entender as emoções, os sentimentos e como isso interfere na tomada de consciência e reconhecimento de um ato de abuso. Essas discussões sobre violência sexual se fazem ainda mais importantes, quando nos deparamos com crianças/adolescentes com deficiência intelectual. Segundo o Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), uma criança com deficiência intelectual possui déficits funcionais e adaptativos, o que dificulta no raciocínio, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica, participação social e uma vida independente. Desta forma, faz-se necessário promover ações que permitam dialogar e desenvolver abordagens que

³ Esta revisão está em formato de um artigo e em processo de publicação.



possam conscientizar e prevenir crianças com deficiência intelectual de qualquer tipo de violência, em especial, a sexual.

Desta forma, o presente artigo, faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e tem como objetivo discutir os entrelaços existentes entre a Educação Matemática, deficiências, sexualidades e violência sexual. Com isso, temos buscado compreender como os professores de Matemática podem fazer abordagens envolvendo a violência sexual e sexualidades com crianças com deficiência intelectual?

Em vista disso, trouxemos para o trabalho as ideias propostas por Ole Skovsmose, Ubiratan D'Ambrosio, Beatriz D'Ambrosio e Celi Lopes, compreendendo a Educação Matemática e os professores com ações subversivas são de fundamental importância para desenvolvermos a Matemática para justiça social. No que tange às discussões sobre deficiência e sexualidades, discorreremos sobre a Teoria *Crip* de Robert McRuer, que traz o olhar diferente para os corpos *discapacitados*⁴ e suas sexualidades.

2 Aulas de Matemática e ações subversivas no combate à violência sexual

“Mas o que sua pesquisa tem a ver com Matemática?”

Esse questionamento tem sido feito toda vez que são levantadas discussões sobre a pesquisa de doutorado. Isso nos leva a refletir qual o papel da Matemática, na concepção dos professores, na formação dos estudantes. Apesar de muitos avanços nas pesquisas que envolvem a disciplina, ainda há uma grande reprodução de uma matemática voltada somente para realização de cálculos e aplicações de conteúdos matemáticos em situações problemas, no entanto, precisamos pensar na utilização da Matemática também resolver problemas voltados às questões sociais, políticas, econômicas e também ao exercício da cidadania.

Conforme Skovsmose (2014) a Educação Matemática possibilita reflexões que envolvam a matemática e suas aplicações, ou seja, “sobre” e “com” matemática. Essas reflexões estão diretamente ligadas e podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento matemático em diálogo as suas realidades. Assim, é preciso compreender a Matemática como um conhecimento que contribui na resolução de situações, na tomada de decisões, na luta pelos direitos, no entendimento dos deveres, para o exercício pleno da cidadania.

Levar em consideração as questões políticas, sociais, culturais, éticas entre outras, permite que o processo de aprendizagem de Matemática, ou seja, o desenvolvimento das habilidades matemáticas, estejam relacionadas as questões da vida cotidiana (D'Ambrosio, 2002), possibilitando melhor significação e compreensão da Matemática. Desta forma, é possível entender que, essas habilidades matemáticas referem-se a um conjunto de competências que auxiliam na interpretação e na tomada de decisões de questões sociopolíticas, permitindo assim, uma melhor leitura social e política do mundo (Skovsmose, 2013).

Nesse sentido, é necessário que os professores compreendam a Matemática como um instrumento de ação e não somente como algo para desenvolver habilidades e competências (D'Ambrosio, 2005), mas sim permitir que o conhecimento matemático seja aplicado às situações reais que permeiam a vida dos estudantes. Muitas vezes, o ensino da Matemática ainda é algo teórico que desconsidera aspectos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem e uma leitura (crítica) de mundo. De acordo com Skovsmose (2014), ao valorizarmos as questões sociopolíticas presentes na Matemática, potencializamos o processo de aprendizagem dos estudantes permitindo-lhes questionar, refletir, avaliar e criticar verdades

⁴ Utilizaremos o termo “discapacitado” como apresentado pelo autor. Este termo refere-se às pessoas com deficiência.



tidas como absolutas.

Há necessidade e importância de discutirmos e refletirmos sobre problemas sociais que perpassam os espaços escolares, como por exemplo, a violência sexual, no entanto, apesar da relevância, ainda nos deparamos com o *tabu* na abordagem dessa e de outras temáticas por professores, em especial, de Matemática. Como já apontamos, nesta disciplina ainda há certo distanciamento entre a Matemática e assuntos ligados à problemas sociais. O silenciamento ainda se faz presente quando surge alguma discussão sobre política, sexualidade, violência contra mulher e crianças, gênero, raça, em que os estudantes precisam encerrá-las, pois isso não faz parte de um conteúdo matemático. Frente a esse posicionamento, encontramos diversos professores que por trazerem suas ideologias, ou por serem privados por um sistema, preferem calar-se e subordina-se à reprodução de um currículo sem conexão com a realidade dos estudantes.

Ao adotarmos uma postura contrária a esse silenciamento, permitindo e dialogando sobre esses problemas que atravessam a realidade de nossos estudantes, estamos desenvolvendo ações subversivas. Buscando a definição do dicionário brasileiro da Língua Portuguesa, subversão é um ato de insubordinação ou revolta contra a autoridade, as leis e as regras, no entanto, ao pensarmos nessa insubordinação/subversão, trazemos para a discussão o que é proposto por D’Ambrosio e Lopes (2015), que apresentam a insubordinação criativa como uma “desobediência” a ordens para melhoria e o bem estar da escola, de maneira a garantir os princípios éticos, morais, civis e de justiça social. Apesar da definição trazida pelo dicionário, ao falarmos de insubordinação ou ações subversivas na Educação, pensamos em ações/estratégias que os professores utilizam para questionar a Matemática imposta pelos sistema de ensino e que não dialogam com a realidade dos estudantes.

As ações de insubordinação criativa estão associadas às relações estabelecidas entre o conhecimento acadêmico e profissional com atividades cotidianas de origem social, cultural, política (D’Ambrosio & Lopes, 2015) que precisam ser refletidas e questionadas. A partir das reflexões e questionamentos, modificamos nossa prática docente, nossas metodologias, nossas concepções sobre a Matemática que utilizamos em sala. Desenvolver um pensamento reflexivo, ético e justo nos estudantes por meio do ensino da Matemática é realizar ações subversivas e promover o rompimento de uma visão tradicional de uma matemática rígida e exata, como nos foi imposta.

Sabemos que, em alguns casos, a formação inicial e/ou continuada não permite que os professores façam suas reflexões e, no âmbito profissional, desenvolvam ações de insubordinação. Desta forma, ao propormos a pesquisa de doutorado, queremos discutir com os professores de Matemática sobre a violência sexual infantil e, de alguma forma, instiga-los a desenvolverem práticas pedagógicas em sala de aula, abarcando a temática, principalmente, com crianças com deficiência intelectual.

3 Os corpos *discapacitados* e suas sexualidades

Como tudo à nossa volta, a conceituação de sexualidade também está fundamentada em padrões sociais e culturais da normalidade, e por isso abarca conteúdos culturais, sociais e políticos. Embora seja ligada ao desenvolvimento humano, estando presente desde as fases iniciais da criança, falar sobre sexualidade ainda é um *tabu* entre as famílias e também para os espaços escolares.

A sexualidade não pode ser confundida com sexo e não é sinônimo dele. Ela está ligada aos processos culturais relacionados à família, escola, religião e abrange diferentes aspectos como relacionamentos afetivos, ao amor, a sensualidade e a expressão da identidade. Para A



sexualidade, para Sanderson (2008, p. 29) é “construída biológica e socialmente e reflete crenças culturais e religiosas” e é moldada pelas experiências vivenciadas na infância. Assim, as crianças desde a infância vivenciam experiências sensoriais (gosto, cheiro, visão, som, toque, movimento) com o ambiente, sendo capazes de aprender sobre o mundo que as cercam e desenvolvendo entendimentos e significados sobre suas experiências. Isso nos leva refletir que a sexualidade vivenciada pelas crianças é diferente daquela experienciada pelos adultos. Talvez, pelo adulto compreender a sexualidade como algo relacionado ao ato sexual, às relações sexuais, restringe e “ridiculariza” esse assunto com as crianças. No entanto, dialogar sobre sexualidade permite que as crianças compreendam as transformações que acontecem ao longo de suas vidas e auxilia a entenderem seus sentimentos e emoções.

Os pais são responsáveis para influenciar e direcionar as experiências das crianças, auxiliando no entendimento e compreensão dos significados produzidos pelos corpos e a partir, desses direcionamentos, eles (os pais) distinguem o toque bom e ruim, e definem os limites que devem ser impostos perante ao comportamento sexual (Sanderson, 2008). Percebemos que os pais são imprescindíveis nesse processo de compreensão da sexualidade, entretanto, muitas vezes esses se silenciam e não fazem as orientações necessárias.

A ausência do diálogo e de orientações se faz mais presente ao tratarmos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. Levando em consideração a normalidade pré estabelecida como padrão, os corpos com deficiência são desconsiderados e silenciados perante a sociedade. Ainda que políticas públicas para pessoas com deficiência têm sido implementadas, elas ainda são estigmatizadas, silenciadas e infantilizadas na sociedade, gerando superproteção dos pais e a dificuldade de perceberem a necessidade de dialogar e desenvolver a compreensão das sexualidades que acontecem com eles. Tal fato por estar associado as concepções socioculturais a respeito da deficiência, haja vista que na Idade Média e Moderna, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram vistas como alguém que recebeu um castigo divino e deveria conviver com ela para que pudesse pagar seus pecados

A Teoria *Crip*, desenvolvida por Robert McRuer, vem combater essa visão dos corpos *discapacitados* e as limitações que são impostas pela sociedade. A palavra *Crip* significa aleijada(o); defeituosa(o) e tem sido utilizada para romper com os padrões de normatividade, que estigmatizam as pessoas com deficiência. Esses padrões determinam aquilo/aquele que é capaz e, caso não atenda ao padrão hegemônico, são caracterizados como incapazes.

De acordo com McRuer (2021) é preciso representatividade dos corpos *discapacitados* para que haja ruptura das determinações que são impostas às pessoas com deficiência. O autor chama essa ruptura de “saída do armário crip” e está ligada as reivindicações de políticas de identidade/reconhecimento da incapacidade, dos direitos das pessoas com deficiência, da existência de um mundo acessível possível, da existência de um mundo *discapacitado* possível e desejado e que essas reivindicações estejam além das rampas de acessibilidade, e se materializem culturalmente. Reconhecer esses corpos e promover essa ruptura, nos permite dialogar sobre as sexualidades de pessoas com deficiência.

Constantemente, pessoas com deficiência são infantilizadas e silenciadas (e porque não dizer ridicularizadas?) ao expor seus sentimentos e emoções. No ambiente escolar, muitas vezes nos referimos a um estudante/adolescente com deficiência como uma criança e todas as proposições feitas, sejam elas atividades ou condutas, levam a um tratamento infantilizado. Tal postura, nos leva a inviabilizar as transformações que acontecem com esses estudantes e também a promover discussões e interações pertinentes e necessárias para a faixa etária deles.

Desta feita, as discussões apresentadas na Teoria *Crip* nos permitem vislumbrar essas estudantes não pelas suas limitações e deficiências, mas colocá-los além de uma rampa. É



preciso sair do armário crip e permitir que eles compreendam seus espaços e sejam capazes de exercerem seus papéis na sociedade.

4 Possíveis entrelaçamentos da Pesquisa com Educação Matemática, Teoria Crip e Insubordinação Criativa

É preciso refletir sobre a necessidade de mudarmos e realinharmos nossa prática pedagógica, no que diz respeito ao ensino da Matemática e suas aplicações às questões sociais, políticas, aos valores éticos e morais, contribuindo para a formação discente e o exercício à cidadania. O desenvolvimento de ações subversivas dos professores de Matemática é imprescindível na construção de um conhecimento matemático aplicável às situações reais. Ao falarmos dessa insubordinação, nos referimos aos comportamentos que, de forma ética e moral, promoverão melhorias para o grupo social.

As questões referentes a sexualidade e violência sexual infantil, também se mostram cada vez mais necessárias nos espaços escolares, uma vez que, as famílias não abordam em suas casas e o sistema também impede que isso seja discutido em sala. Todavia, sabemos da emergência em discutir, orientar e prevenir nossas crianças contra qualquer tipo de violência e, para o anuário de segurança pública, a escola é um dos espaços mais favoráveis para essas ações. Então, porque isso não tem acontecido? Quais ações são necessárias para que os professores de matemática, dialoguem e discutam sobre essas temáticas em suas aulas?

Além disso, é preciso romper com a visão da normalidade e inserir os estudantes com deficiência intelectual, nos processos formativos garantindo-lhe os direitos de aprendizagem e contribuindo para sua formação integral.

A partir da pesquisa de doutorado em andamento, buscaremos dialogar com os professores de matemática sobre a importância de abordarmos sobre a temática proposta na pesquisa. Por meio de grupos de discussões, serão trabalhos textos e documentos que possam contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas sobre violência sexual infantil e estas sejam desenvolvidas, principalmente com crianças com deficiência intelectual.

Desta forma, para analisarmos as (possíveis) abordagens sobre a temática proposta na pesquisa, trabalharemos com as narrativas dos professores de Matemática, compreendendo e interpretando suas experiências pessoais e interpessoais que podem estar diretamente ligadas à abordagem ou não em sala dessa temática.

Referências

- Ariès, P. (2022). *História Social da Criança e da Família*. Tradução: Dora Flaksman. (3. Ed.) Rio de Janeiro: LTC.
- Brasil. (2023). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, DF.
- D'Ambrosio, U. (2002). A matemática nas escolas. *Educação Matemática em Revista*. 9(11), 29-33.
- D'Ambrosio, U. (2005). Armadilha da mesmice em Educação Matemática. *Boletim de Educação Matemática – Bolema*, ano 18, nº 24. Rio Claro: Unesp, pp. 95-110.
- D'Ambrosio, B. S., Lopes, C. E. (2015). Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. In: *Bolema* 29(51), 1-17 .
- Fávero, M. F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. (1. ed.) Lisboa: Climepsi Editores.



- McRuer, R. (2021). *Teoría Crip: signos culturales de lo queer y de la discapacidad*. Espanha: Kaótica Libros.
- Sanderson, C. (2008). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. Tradução: Frank de Oliveira. (2. ed.) São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Skovsmose, O. (2013). *Educação Matemática Crítica: a questão da democracia*. Campinas: Papirus, pp. 127-160. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática)
- Skovsmose, O. (2014). *Um convite à educação matemática crítica*. Tradução Orlando de Andrade Figueiredo. Campinas: Papirus. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática).